

ESPLANADA GERAL

SINDSEP-DF

WWW.SINDSEP-DF.COM.BR

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DF

E-MAIL: IMPRENSA@SINDSEP-DF.COM.BR

NÃO VAMOS ABRIR MÃO DO REAJUSTE

Entidades sindicais da Condsef não vão se submeter aos limites orçamentários

No dia 17 de janeiro, as entidades filiadas à Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Condsef) fizeram um rico debate sobre a situação da Mesa Nacional de Negociação e sobre o impacto do Orçamento 2004 para o serviço público.

“O valor total do Orçamento é R\$ 1,470 trilhão, mas a maior parte dele é literalmente de papel – 58% do Orçamento é rolagem da dívida pública”, explicou Max Leno de Al-

meida, economista do Dieese. Para o pagamento dos juros da dívida, o governo destinou R\$ 117 bilhões. Mas, para negociar



com os servidores, somente R\$ 2,2 bilhões estão disponíveis. Desse valor, R\$ 1,5 bilhão é o previsto para revisão geral anual, o que significa um reajuste linear

máximo de 1,8%. O restante está dividido em R\$ 117 milhões para a reestruturação de carreiras; R\$ 294 milhões para concursos públicos e R\$ 294 milhões para acréscimo dos benefícios.

A plenária lembrou o compromisso do governo Lula de que “o servidor não teria perdas salariais na sua gestão”.

Foi decidido que as entidades sindicais não vão ficar “presas” a um Orçamento completamente comprometido com o pagamento da dívida em detrimento do país.

Quanto perdem as políticas sociais com os juros da dívida?

“Apenas com o que está destinado para os juros e encargos da dívida, seria possível avançar 15 anos em educação ou 531 anos em cultura ou 4 anos em saúde ou 58 anos em ciência e tecnologia ou 150 anos em trabalho ou 266 anos em meio ambiente ou 67 anos em reforma agrária e política agrícola. Fica claro que há onde mexer no Orçamento: deve-se retirar do pagamento dos juros os valores que devem somar as políticas sociais e os salários dos servidores”.

Eduardo Alves, assessor político da Condsef

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES APROVADA NA PLENÁRIA DA CONDSEF:

- ↪ reajuste emergencial de 9,56% - reposição das perdas salariais no governo Lula (janeiro a dezembro/03);
- ↪ Plano de Carreira com antecipação já de 47,11% para quem não teve plano (PCC, Trabalho, Saúde, Previdência e Universidades);
- ↪ política salarial para os servidores públicos, com reposição das perdas de 1995 a 2002;
- ↪ abertura de concurso público, fim das terceirizações sem nenhuma demissão;
- ↪ paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- ↪ incorporação de todas as gratificações;
- ↪ indicativo de greve para março, a partir da discussão em cada local de trabalho.

Qual o impacto do acordo com o FMI nas contas do governo?

“O impacto maior é justamente as contra-partidas do acordo, como a manutenção dos 4,25% do superávit primário, por exemplo, que trouxe consequências não só para o servidor público, mas para o dia-a-dia das pessoas. A taxa de desemprego aumentou; a queda na renda da população brasileira é evidente; as negociações coletivas estão mais reprimidas, mesmo no setor privado e sobretudo no setor público”.

Max Leno, economista do Dieese na subseção da Condsef

Plenária dos Federais



A Plenária Unificada dos Servidores Federais (18/1) foi marcada pela indignação geral em relação à política do governo e pela necessidade de todas as entidades batalharem para construir um movimento unificado e forte do funcionalismo público por suas reivindicações.

Os 117 delegados presentes aprovaram como eixo central da campanha a luta pela reposição salarial das perdas desde 1995 (calculado pelo ICV/Dieese) e o calendário de mobilização.

- ◆ 11 e 12/2 – Seminário da Cnesf sobre as Reformas Sindical e Trabalhista;
- ◆ 13 e 14/2 – Plenárias Setoriais;
- ◆ 15/2 – Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais;
- ◆ Março – Lançamento da Campanha Salarial. A data será definida na plenária nacional.

LANÇAMENTO DA CAMPANHA SALARIAL EM MARÇO

GOVERNO NÃO DEU NENHUMA RESPOSTA



“A reunião da Mesa Nacional de Negociação (15/1) entre o governo e a Cnesf (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais) não deu em nada”, informou Edílson José Muniz, diretor do SINDSEP-DF que participou da reunião. “É lamentável, porque na reunião de 19/12, o governo se comprometeu a dar uma resposta à pauta que nós propusemos”.

Os pontos da pauta da reunião: reposição

das perdas salariais de 2003; reposição das perdas salariais de 1995 a 2002; política salarial para os servidores públicos e mudança da data-base para maio.

Para a surpresa das entidades, o governo disse apenas que “fa estudar” e apresentar uma proposta na próxima reunião, que será 19 de fevereiro. Por outro lado, apresentou os números do Orçamento 2004. Seguindo os dados do governo, será destina-

do R\$ 1,5 bilhão para reajuste.

Quando a Mesa Nacional foi instalada, no ano passado, o governo disse com todas as letras que os servidores não teriam perdas salariais na gestão de Lula. A Condsef cobrou o compromisso do governo em repor as perdas de 2003 – 9,56% (ICV-Dieese).

“No ano passado, o Orçamento era de FHC. Mas, agora, o governo não tem desculpa”, ressaltou Edílson.

PENDÊNCIAS

Após a discussão de política salarial, a Condsef apresentou dois problemas:

1) o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que a secretaria de RH fizesse o desconto da Pre-

vidência Social sobre a GAE, referente ao período de novembro/92 a dezembro/93. A Condsef apresentou um parecer jurídico alegando que o prazo para o desconto prescreveu em 1998. O governo concordou e se prontificou a tratar do assunto com o presidente do TCU.

2) Claudio Fontelles, Procurador Geral da República, apresentou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN 2968/03) que questiona o art. 243 da lei 8112. Com isso, tenta transpor os servidores do RJU para a CLT. O governo fará um levantamento dos danos que isso trará ao erário público e apresentará o estudo ao presidente do STJ.

NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO NÃO AVANÇAM

“A Mesa de Negociação é necessária, mas só vai funcionar com a pressão da mobilização”, alertou Gilberto Jorge Cordeiro Gomes, secretário geral da Condsef. Confira trechos da entrevista concedida ao *Esplanada Geral*.

SOBRE AS MESAS SETORIAIS:

“As Mesas Setoriais, na verdade, estão sendo instaladas agora. A grande maioria das Mesas não está funcionando como deveria. A tendência das Setoriais é fluir mais em pontos específicos, agora tudo que envolve o financeiro vai para a Mesa Nacional”.

SOBRE A MESA NACIONAL:

“Nós não estamos contentes com o processo de negociação. Eu diria que não houve avanço nenhum. As entidades dos servidores apresentaram as suas propostas e o governo não fez nenhuma contra-proposta. A exemplo da reforma da Previdência, o governo não discutiu o Orçamento com os servidores – fez a sua proposta, encaminhou para o Congresso e pronto”.

“Para as negociações avançarem, só com a mobilização. Só os servidores entendendo que essas mesas são necessárias, sim, mas elas só vão funcionar com o servidor mobilizado. Por isso, precisa estar todo mundo com a informação bem afiada. Eu acho que a palavra-de-ordem esse ano é Plano de Carreira.



Gilberto Jorge

Além da reposição das perdas, é lógico, mas eu diria que a menina dos olhos dos servidores é o Plano de Carreira – e aí a gente pára a *Esplanada*”.

CONFIRA AS DECISÕES DA ASSEMBLÉIA DO SINDSEP

No dia 18 de dezembro, a assembleia geral do SINDSEP-DF, com a participação de 72 servidores, aprovou as reivindicações para a Campanha Salarial 2004, incorporadas na Plenária da Condsef (veja pg. 1).

Empréstimo não depende do SINDSEP

A assembleia decidiu, com apenas dois votos contrários, que o SINDSEP-DF não fará acordo com os bancos para a liberação de empréstimos pessoais aos servidores. O argumento é

que o sindicato deve lutar pelo reajuste salarial, e não fazer acordos para endividar ainda mais os trabalhadores e beneficiar os banqueiros.

Em setembro de 2003, o governo regulamentou a MP 130, que permite o desconto de empréstimos bancários na folha de pagamento.

Segundo informações do governo, os servidores que optarem pelo empréstimo poderão fazê-lo, independente do sindi-

cato. Basta apresentar a carteira funcional ou a de sindicalização.

A Condsef publicou uma nota em outubro condenando a posi-



ção da CUT, que assinou o acordo com vários bancos. “O empréstimo para a sobrevivência é fruto de salários que não cumprem nem as determinações capitalis-

tas do próprio Estado de Direito, que estão na Constituição: sustentar o trabalhador e sua família”, diz o documento.

Não aos contratos temporários

Os servidores decidiram que o SINDSEP deve denunciar e propor uma ação judicial para impedir os contratos temporários criados pelo governo.

Renovação na diretoria

Além de eleger oito companheiros para as plenárias da Condsef (17/1) e da Cnesf (18/1), a assembleia referendou a efetivação do companheiro José Carlos Vasconcelos na secretaria de Imprensa do SINDSEP-DF, substituindo Jacira da Silva. Júlia Maria das Neves Muniz assumiu a suplência.

CONFERÊNCIA CONTINENTAL DE TRABALHADORES CONTRA A ALCA

Realizada em São Paulo nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2003, a Conferência reuniu 201 delegados de organizações sindicais e populares de toda a América.

Foram discutidas as consequências nefastas dos tratados de livre comércio em todos os seus aspectos, principalmente no que diz respeito ao desemprego, o ataque aos direitos e à soberania das nações.

Na declaração final, todos os participantes reafirmaram a disposição de “forjar a mais ampla unidade para impedir a ALCA sob qualquer forma, seja “light”, “abrange”, “flexível” ou qualquer outro adjetivo que venha ainda a ser inventado”.

O SINDSEP-DF esteve presente e divulgará a cobertura completa da Conferência no site www.sindsep-df.com.br